

GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO: SUA INTERFERÊNCIA NO “IMPITIMAN” DE 2016 E ALÉM...

RODOLFO ARAÚJO DE MORAES FILHO³³

RESUMO

O estudo buscou explicar como a geopolítica do petróleo foi responsável pela maior parte da desestabilização sofrida pelo governo Dilma Roussef em 2016 através do Impeachment. Em termos metodológicos, uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa. Para coleta de dados, fez-se uso da pesquisa documental e observação direta. Utilização do método hipotético-dedutivo para análise dos dados. Além da geopolítica do petróleo visualisou-se mais três fatores que potencializaram o golpe: a pauta neoliberal, a ameaça dos BRICS e a liderança do Brasil no Mercosul e economias emergentes.

Palavras-chaves: Geopolítica do petróleo, Neoliberalismo, Impeachment, Governo Dilma Roussef.

PETROLEUM GEOPOLITICS: ITS INTERFERENCE IN THE “IMPITIMAN” OF 2016 AND BEYOND...

ABSTRACT

The study sought to explain how the geopolitics of oil was responsible for most of the destabilization suffered by the government Dilma Roussef in 2016 through Impeachment. In terms of classification, a descriptive research of a qualitative nature. For data collection, the use of documental research and direct observation. Use of the hypothetical-deductive method for data analysis. In addition to the geopolitics of oil visualised three more factors that potentiated the coup: the neoliberal agenda, threat of BRICS and Brazil's leadership in MERCOSUR and emerging economies.

Keywords: Petroleum geopolitics, Neoliberalism, Impeachment, Government Dilma Roussef.

33. Professor Associado IV da área de Administração da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Departamento de Administração-DADM).

Introdução

O Brasil viveu em 2016 um processo de ataque ao estado de direito democrático, atingindo seu clímax com o advento do golpe parlamentar impetrado pelos membros do Congresso Nacional naquela legislatura culminando com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. E a consequente derrubada de seu governo, reeleito democraticamente pelo voto popular em outubro de 2014.

O objetivo desse ensaio, no entanto, não é de analisar a propriedade ou impropriedade do processo de impeachment ocorrido (sabidamente im procedente) imputando-se crime de responsabilidade à mandatária do país pela frágil tese das ‘pedaladas fiscais’. Mas, o de entender o processo de impeachment como artifício encontrado pelas forças do neoliberalismo internacional aliado às nacionais para o afastamento da presidenta do país e de seu partido (PT) dentro de um processo maior de dominação geopolítica.

O objetivo principal do golpe, o domínio das reservas energéticas do pré-sal como pré-condição para garantir na sequência a implantação de uma pauta neoliberal extensiva. Precisava-se para tanto, neutralizar a determinação de seu governo com apoio no Partido dos Trabalhadores em aprofundar o estado de ‘bem-estar social’ preconizado por Keynes fundado em políticas públicas inclusivas (em contraposição ao estado mínimo da doutrina neoliberal) e a defesa da soberania nacional. Políticas essas que vinham se desenvolvendo e se consolidando fortalecidas agora com a descoberta do pré-sal e a apropriação de parte da renda petroleira (royalties pagos ao governo pela exploração do hidrocarboneto na plataforma marítima) colocada a serviço do desenvolvimento do país.

Não obstante, a partir do momento em que o governo do presidente Lula em 2009 estabeleceu o ‘regime de partilha’ para a exploração das riquezas do pré-sal (imensas reservas de recursos offshore descobertos na plataforma marítima) e não o ‘regime de concessão’ reivindicado pelas grandes petroleiras, como sistema por excelência para exploração do petróleo, a partir dessa data iniciam-se as tratativas em nível internacional para o afastamento de seu partido (PT) à frente dos destinos da nação conforme iremos buscar demonstrar nesse ensaio. A partir dessa escolha (apropriada, diga-se de passagem, para o caso do Brasil) o governo entra em conflito com os interesses das grandes multinacionais da cadeia produtiva de óleo e gás que operam no mundo, incluindo o oriente médio.

Sabendo-se muito bem o que se passa por lá (guerra do Iraque, primaveras árabes na Líbia, Tunísia e Egito e mais recentemente a guerra da Síria). Todas com conexões diretas com a dominação da cadeia produtiva de óleo e gás. No Egito as injunções são

feitas com vistas ao controle do canal de Suez (palco de inúmeras guerras no passado pela mesma motivação desde sua construção em 1869), por ser rota de passagem do petróleo extraído na região que vai para a União Europeia.

Para o Brasil, a adoção do regime de partilha e a prerrogativa da Petrobrás elevada à condição de ‘operadora única do pré-sal’, dava ao país uma grande perspectiva de desenvolvimento econômico com geração de empregos produtivos considerando que todos os navios necessários para armazenar e transportar o petróleo extraído nas plataformas em alto mar, iriam ser construídos em estaleiros no país. Que haviam se multiplicado, reativando pela segunda vez a indústria naval no Brasil. Havia ainda a obrigatoriedade para a construção de navios de ter que incorporar um conteúdo nacional em equipamentos de 30%, isso significando um incremento à indústria nacional. A primeira tentativa de fortalecimento dessa indústria se deu notadamente em 1950 no governo de Juscelino Kubitschek mas que não prosperou pelo fato de o Brasil não ter uma demanda externa consistente para fabricação de navios (WIKIPÉDIA - Enciclopédia Livre / Estaleiro, 2018).

Dessa segunda vez, não. Havia efetivamente um gigantesco mercado interno a ser suprido (construção de navios para transporte de óleo e gás a ser extraído em grandes quantidades do pré-sal). O Brasil estava assim preparado para desempenhar, como desempenhou, um importante papel de liderança e protagonismo juntos às economias emergentes. Também no Mercosul e nos BRICS.

Tudo isso foi interrompido (não por acaso) pelo golpe parlamentar de 2016 durante o qual é dado início a mudança do regime instituído de ‘partilha da produção’ do petróleo para o de ‘exploração por concessão’ fazendo a vontade das petroleiras. E a consequente entrega das reservas energéticas do país, promovida pelo governo Temer de forma quase que automática (ainda no governo provisório) mesmo antes do impeachment se concretizar no Congresso. O que atesta a tese do domínio das reservas energéticas do país como motivação principal para o golpe.

No cenário atual, campos de petróleo são vendidos em leilões oficiais, da maneira a mais aviltada possível por um montante equivalente a centavos de dólar o barril - ele que custa em tempos normais entre 100 a 150 dólares a unidade (SAUER, I.; RODRIGUES, L. 2016).

O abaixamento à época do preço do barril do petróleo para 20 dólares provocada por uma superprodução proveniente dos países árabes, notadamente a Arábia Saudita, também fazia parte das pressões internacionais sobre o governo Dilma com o intuito de deixa-lo sem reservas, o que de fato ocorreu.

Toda essa desestabilização acontecia sob o olhar complacente das instituições

judiciais do país que podiam opor resistência a mais esse crime contra a soberania nacional, fora o impeachment, o qual pode ser tipificado como de ‘lesa pátria’, com a entrega de suas riquezas.

Esse ensaio intenta assim mostrar a conexão dos episódios do impitiman com os desdobramentos recentes ocorridos no Brasil, a saber: a entrega do pré-sal às petroleiras multinacionais, o emudecimento do judiciário que tinha poder de neutraliza-la, o aprofundamento da pauta neoliberal no país (que vem como que por gravidade) fortalecida com o afastamento da presidenta Dilma e o conseqüente alijamento do PT à frente do comando das políticas públicas inclusivas do governo de “bem-estar-social” que há 16 anos consecutivos vinha tentando com muito sucesso implantar. Na verdade, há 13 anos e 08 meses por causa do impedimento.

2. Metodologia

Segundo Marques (2017) enquadrar a pesquisa científica dentro de uma determinada classificação nem sempre é pacífico por parte do pesquisador, uma vez que as classificações encontradas diferem entre os autores. Buscando seu enquadramento, essa pesquisa pode ser classificada como sendo descritiva de natureza qualitativa. Para a coleta de dados utilizou-se a pesquisa documental e a técnica de observação direta, fazendo uso de relatórios disponíveis, reportagens publicadas na mídia, declarações oficiais de instituições, comportamento de seus integrantes em relação ao tema, estudos e pesquisas sobre o assunto. Para interpretação dos dados, o método hipotético-dedutivo apresentado por Karl R. Popper desde 1934. Consiste esse método, a partir de um certo número de evidências ou hipóteses confirmadas, construir um quadro explicativo do fenômeno observado com a maior probabilidade em espelhar a realidade definida no problema de pesquisa. As hipóteses não confirmadas devem ser descartadas ou refeitas. A experiência do tempo histórico, no qual intenções subjetivas e condições objetivas se articulam, pode ser reconstituída a partir de tais métodos (POPPER, K. R., 1934; CALDAS, P. S., 2010). O método é assim, o responsável pela transparência e pela objetividade da pesquisa (ACHINSTEIN, 2005).

3. Uma sucessão de interrupções de governos relacionada à geopolítica de dominação do petróleo no Brasil e no mundo

Mesmo tipo de pressão sofrida pela presidenta Dilma e pelas mesmas bandeiras foi deposto o Presidente Getúlio Vargas em 1954 no Brasil (levado ao suicídio por não poder

dispor à época, de uma opinião pública favorável às suas iniciativas, como é possível estabelecer hoje através da mídia alternativa).

Ele, quem criou a Petrobrás após a memorável campanha “o petróleo é nosso” (contrário aos interesses das petroleiras estrangeiras), a Eletrobrás (à revelia das empresas norte-americanas do setor, que aliadas ao Congresso Nacional buscaram boicotar o empreendimento ‘até o desespero’, como ele próprio cita em sua carta-testamento). A construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda destinada inicialmente a produzir aço para o esforço de guerra (2ª. guerra mundial) em acordo com os USA e depois servir de alavanca para o desenvolvimento de uma industrialização autônoma nacional. Essa Companhia foi privatizada no governo Fernando Collor, assim como a Companhia Vale do Rio Doce que também fornecia minério de ferro para CSN foi privatizada no governo FHC. Todos de inspiração neoliberal.

Conforme se pode depreender, uma grande visão estratégica de industrialização independente foi edificada em seu governo (NETO LIRA, 2014).

Em paralelo criou e ampliou direitos trabalhistas. Cita-se como exemplo, a institucionalização da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho - hoje fortemente impactada pela Reforma Trabalhista), criação da carteira de trabalho, do salário mínimo e sua valorização (dando aumento de 100% em seu segundo governo para o desespero da elite nacional à época, assim como hoje).

Quanto a esse episódio, o jornal O Globo na edição de 07 de janeiro de 1954, praticando já naquela época uma posição aberta em defesa dos interesses patronais em detrimento do direito dos trabalhadores, contrariando seu próprio discurso de praticar uma imprensa isenta e livre, explicaria em longo editorial.

(...) como o aumento de 100% do salário mínimo seria responsável por duplicar o custo de vida (sem nenhum aporte científico, como de costume - grifos nossos). Apontaria os inúmeros problemas que esta medida causaria para economia do país, leiam-se as ‘classes produtoras’, e acreditava na capacidade do Chefe da Nação (Vargas), de acordo com suas prerrogativas, vetar o aumento. Evitando assim, potenciais prejuízos...” (TAVARES, M. O., 2018).

Por tudo o que o governo Vargas representava, assim como o governo da presidenta Dilma, foi igualmente projetado um golpe parlamentar contra sua gestão.

O mesmo aconteceu no Irã em 1953, em paralelo ao que se passava no Brasil com Getúlio, com a deposição do primeiro-ministro e advogado brilhante Mohammed Mossadegh (no poder de 1951/1953) que acabara de nacionalizar o refino do petróleo em seu país. Fato que desencadeou um movimento parlamentar precipitando sua deposição e prisão

com a famosa operação TP AJAX (Lava Jato?) atribuída à CIA depois comprovada através de um livro publicado “Todos os homens do Xá”.

A obra é baseada em documentos da própria CIA recentemente divulgados, onde descreve como aquela agência de inteligência “com assistência do serviço de inteligência britânico minou o governo de Mossadegh subornando figuras influentes, plantando relatórios falsos em jornais e provocando violência nas ruas” (DE LUCE, D., 2003).

A operação TP AJAX o acusou de traição prendendo-o por 03 anos (prisão domiciliar) e recolocando no poder o Xá Reza Pahlevi que, na confusão pré-deposição de Mossadegh, havia fugido do país pilotando um mono-motor, se refugiando em Roma. Até a revolução iraniana em 1979 que, apresentando contornos de inspiração religiosa capitaneada pelo Aiatolá Khomeini, o destituiu definitivamente do poder (LOPES, M. S. , 2003).

Por todos esses episódios os USA perdeu em definitivo o Irã, nação de religião islâmica, com a maior parte de sua sociedade internalizando a percepção daquele país, como o ‘Grande Satã’. A longo prazo, tem-se que o esforço em dominar não importa por que meios, as reservas de petróleo desse país não deram certo para os EEUU (e indiretamente para a Inglaterra, cuja petroleira British Petroleum - BP esteve à frente dos acontecimentos em 1953). Isso explica em parte as hostilidades que vigoram até hoje entre os dois países.

Contemporaneamente, mesmo tipo de pressão passou a sofrer a Venezuela do presidente Hugo Chaves, e no presente o governo de Maduro, com jazidas de petróleo comparáveis em tamanho, às maiores reservas dos países produtores do oriente médio (SAUER, I.; RODRIGUES, L. A. 2016). Fica difícil não explicar a atual crise por que passa a Venezuela com o risco de invasão militar naquele país instigada pela Administração Trump, sem atrelar essas injunções à cobiça de suas riquezas estrategicamente situadas próximas aos EEUU, maior consumidor de petróleo produzido no mundo, a saber: Estados Unidos - 20%, China - 12,4%, resto dos BRICS: 11,2% (Índia - 4,3%, Rússia - 3,5%, Brasil - 3,4%, África do Sul - % não informado).

No Brasil, a partir de 2014 a espelho dos acontecimentos de 1954 com Getúlio Vargas, esforços se concentraram com nitidez em buscar excluir o Partido dos Trabalhadores (PT) à frente da formulação das políticas de desenvolvimento do país, o que explica os ataques de toda sorte que o partido passou a sofrer a partir dessa data, publicamente, quer seja através da grande mídia, quer seja através de blocos e/ou de movimentos criados para esse exclusivo fim, tais como ‘quero me defender’, ‘passe livre’, ‘não vai ter copa’, ‘revoltados on-line’ e assemelhados, combinado com manifestações de escândalos provocados (planejados) levados a efeito por personalidades políticas, em geral já afastadas da vida pública mas ligadas a movimentos de direita, ou mesmo o cidadão comum bradando em

praça pública contra o partido.

Tudo isso veiculado preferencialmente em locais públicos como hospitais, aeroportos, livrarias e/ou restaurantes, ícones nacionais do MMA (Luta Livre) tecendo comentários em rede nacional contra o presidente Lula e/ou o governo Dilma Rousseff. Tudo cuidadosamente arquitetado no intuito de dar grande visibilidade. A mídia corporativa (Rede Globo, Bandeirantes, TV Record, e co-irmãs) sempre juntas, fomentando, apoiando, dando franca cobertura aos acontecimentos.

É a chamada guerra híbrida em movimentação.

O objetivo era, se possível fosse, o de excluir o PT da vida política do país criminalizando-o. Ou, se não se conseguisse isso, pelo menos fragiliza-lo, reduzi-lo à expressão mais simples.

Mas quem era o PT? O PT era o presidente Lula e a presidenta Dilma. Então, simples: ‘impitima-se’ a presidenta Dilma e se busca uma forma “não importa qual venha a ser” de arrestar de alguma maneira, o presidente LULA.

Daí as infundáveis CPI’s no Congresso de Eduardo Cunha (Presidente da Câmara à época), a operação Lava-Jato e o Ministério Público atuando em sintonia fina praticando um novo tipo de ofensiva (a chamada guerra jurídica ou Lawfare) que consiste em acusar uma pessoa de vários e diversificados crimes simultaneamente sem a necessidade de apresentação de nenhuma prova, com o fim explícito de exaurir as reservas de defesa e desconstruir sua imagem.

Como se pode deduzir, os acontecimentos históricos relatados vêm reforçar a tese do controle das reservas de petróleo como principal motivação para golpes de estado em geral, não importando a época que ocorra. Insere-se neste contexto o golpe do impitiman sem crime de responsabilidade contra o governo da presidenta Dilma em 2016. A implantação da pauta neoliberal que lhe é decorrente explica o restante do fenômeno.

3. Entendendo a diferença entre Regime de Partilha e Regime de Concessão que potencializa o Golpe

Com a descoberta do pré-sal no Brasil em torno de 2005 (reservas entre 2 a 5 mil metros de profundidade na plataforma marítima - recursos offshore), foi escolhido pelo presidente Lula para exploração das riquezas do pré-sal, o regime de partilha. O regime de partilha é o sistema apropriado sempre que se conhece o que existe em baixo do solo (no caso, o mar) onde se vai processar os trabalhos de exploração do óleo.

O caro na exploração do petróleo é a ‘prospecção’ para detecta-lo e isso, no caso do pré-sal, a Petrobrás já havia feito. Portanto estava correto o presidente Lula ao definir para a exploração dessa riqueza estratégica, o regime de partilha.

De acordo com Jones C. e Chaves H. (2015) em estudo publicado pelo INOG / UERJ no pré-sal, “o polígono, que cobre a maior parte das bacias marítimas sedimentares de Campos e Santos, contém ao menos 176 bilhões de barris (estimativa com grau de precisão de 90%) de petróleo e gás natural (barris de óleo equivalente)”. Podendo chegar a 273 bilhões de barris (estimação com menor grau de confiança com uso do método de simulação de Monte Carlo).

À título ilustrativo, o equivalente a 27,3 trilhões de dólares (tomando por base o preço médio de 100 dólares o barril). Com efeito, nos últimos 10 anos o seu valor no mercado oscilou entre 50 e 150 dólares (SAUER, I; RODRIGUES, L. 2016).

O que resulta em um montante bastante atraente do ponto de vista financeiro passível de aguçar as mais desmesuradas ambições.

Por muito menos trilhões de dólares se fez em 2003 a 2^a. guerra do Iraque de George W. Bush contra Saddam Hussein. E é inegável que o valor potencial de suas reservas foi levado em conta para os cálculos de financiamento da guerra e do pós-guerra. Além dos objetivos estratégicos de dominação da sub-região que estavam por trás dos argumentos apresentados para desencadear a guerra (possuir o Iraque armas de destruição em massa) que nunca foi comprovado (SADOWSKI, Y. O. , 2003).

O Iraque possui reservas confirmadas da ordem de 112 bilhões de barris, considerada em 2003 a segunda maior reserva de petróleo do mundo, atrás apenas da Arábia Saudita cujo valor montava a 245 bilhões de barris.

Não obstante o regime de exploração nesses países ser em geral o de partilha, (países da OPEP) as gigantes do petróleo (Exxon-Mobil, Chevron-Exxon, BP - British Petroleum, Shell) conseguem na região contratos favoráveis, visto não existir na maioria dos casos, empresas estatais em condições de sozinhas explorar nas quantidades exigidas, o combustível fóssil.

Tratando da prospecção de reservas para exploração de petróleo no mundo pelas principais empresas internacionais da cadeia de óleo e gás, em um caso citado por Hitt, M. et alli (2014, p. 33), em um livro de Administração Estratégica, extraiu-se a seguinte citação alusiva o caso do Brasil e sua decisão de estabelecer o regime de partilha para exploração do pré-sal:

Como foi explicado nesse capítulo, o ambiente externo de uma empresa cria oportunidade (a oportunidade de a BP - British Petroleum - se inserir em outros mer-

cados globais) e ameaças (por exemplo, a possibilidade de que regulamentações adicionais em seus mercados irão reduzir as oportunidades de extração de petróleo e gás. Hitt, M. et alli (2014, p.33).

Vê-se nessa citação uma crítica direta ao governo brasileiro em sua decisão de estabelecer o regime de partilha (regulamentações adicionais) para exploração das riquezas dessas reservas (buscando preservar legitimamente o mercado a favor do desenvolvimento do país).

Isso estando colocado em um livro didático de Administração Estratégica que é veiculado mundialmente, para se ter uma ideia de quão forte são essas pressões internacionais quando se trata de exploração de petróleo em territórios localizados em outros países.

Ainda, segundo Hitt, M. et ali (2014, p. 33), seguem as citações:

A ascensão da China e Índia, junto à ascensão do Brasil, como potências em energia e as reservas históricas da Rússia predizem a influência significativa que terão nos mercados mundiais.

Uma observação relativa aos BRICS vista como ameaça no campo da independência energética pela exploração autônoma de seus campos petrolíferos.

Isso de toda evidência teve peso efetivo na decisão em promover a desestabilização do governo de 'bem-estar-social' implementado pelos sucessivos governos do PT.

Por todos esses motivos, o regime de concessão é o obviamente reivindicado pelas gigantes do petróleo (Exxon-Mobil, Chevron-Texaco, BP-British Petroleum, Shell).

Existe uma diferença de fundo nos dois regimes de exploração a qual, no caso em análise como se verá, tem potencial para impulsionar o golpe.

De forma simplificada, no modelo de partilha, o Estado é o dono do petróleo produzido. No modelo de concessão, o concessionário é o dono do petróleo que extrai por cerca de vinte, trinta anos, o tempo que durar a concessão.

A conclusão que se pode chegar é que no regime de partilha quem ganha é o Estado, no regime de concessão quem ganha são as empresas.

Pelo contrato de partilha, estabelecido em 2009, no governo do presidente Lula, o estado é o proprietário do petróleo, cabendo à empresa contratada uma cota-parte do valor da quantidade de óleo extraída.

Esse regime é o apropriado, repetimos, quando se sabe antecipadamente o que existe no fundo do mar (MORAES FILHO, R. 2018). Claro que tem outros fatores que

influenciam nessa estratégia. A capacidade tecnológica e produtiva é um deles, o preço versus custo de extração, também.

No regime de concessão em termos contratuais a propriedade do petróleo extraído é exclusiva do concessionário (por 20 a 30 anos). Em troca como compensação, a concessionária paga apenas os impostos e taxas pela concessão da lavra e volume produzido. E às vezes nem isso paga por não se ter como controlar com efetividade o fluxo de petróleo extraído numa plataforma em alto mar.

Uma situação indesejável para um país que consegue extrair com tecnologia própria, no caso do Brasil através da Petrobrás, que desenvolveu tecnologia para extrair petróleo em águas profundas (de 2 a 5 mil metros de profundidade). Expertise que as demais empresas estrangeiras não comprovaram (mas que agora estão autorizadas a fazê-lo) não obstante, os desastres ambientais provocados por essas empresas no decorrer dos tempos por desleixo e/ou incompetência, sendo o mais significativo deles o vazamento pela BP de cerca 01 milhão de litros de óleo cru com a explosão da plataforma Deepwater Horizon no golfo do México em 2010. Esse caso específico, o desastre no golfo do México, impeliu a BP a prospectar petróleo em outras regiões fora de suas áreas tradicionais de exploração, tendo elegido o Brasil como mercado prioritário após a descoberta do pré-sal à condição que se mudasse o sistema de extração do regime de partilha da produção para o de concessão. O que explica assim o recrudescimento das pressões a partir de 2014 sobre o governo eleito do PT. Era o de Aécio Neves (candidato do PSDB derrotado em 2014) o governo que se desejava e queria. E que estaria projetado (sem a necessidade de se recorrer ao impitiman).

4. A importância da cadeia produtiva de óleo e gás e da Petrobrás para o desenvolvimento do Brasil

O objetivo dessa seção é o de enfatizar a importância do petróleo para a atividade humana no contexto atual. Em consequência, a imprescibilidade da atividade de sua extração. E nesse sentido compreender a importância da Petrobrás para o desenvolvimento do país. Maior empresa da América Latina (uma sociedade de capital aberto criada em 1953, pelo então presidente Getúlio Vargas) responsável por 10% do PIB na economia brasileira (COUTINHO, F.(a), 2018).

O objetivo da Petrobrás para o qual foi criada, o de explorar petróleo em terra firme e/ou em águas profundas da plataforma marítima continental brasileira (recursos offshore).

5.1 Reflexões sobre a importância da Petrobrás para o Brasil

Somos herdeiros da maior mobilização popular contemporânea vista no Brasil, a campanha “O Petróleo é Nosso” deflagrada pelo então presidente do Brasil, Getúlio Vargas. Isso garantiu a criação da estatal, as descobertas de petróleo no Brasil e seu amadurecimento industrial.

No momento atual, idealmente, não obstante as dificuldades impostas por um governo neoliberal é preciso compreender a necessidade de empreender um projeto soberano para procurar utilizar as riquezas naturais da cadeia produtiva de óleo de gás em benefício da maioria da população, a partir dos royalties que a atividade gera e resgatar o desenvolvimento da indústria naval para a construção de petroleiros para transportar petróleo cru com vistas a processá-lo nas refinarias do país.

Movimento inverso ao que o governo ilegítimo do presidente Michel Temer está fazendo e que provavelmente encontrará continuidade no governo que se inicia de Jair Bolsonaro.

Ao invés de mirar na agregação de valor para o acionista no curto prazo, deve-se objetivar a segurança energética brasileira (desatrelar o preço dos combustíveis, em especial o preço do diesel, à variação do dólar) e refinar petróleo aqui, agregando valor.

Segundo Coutinho, F. (2018) a presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás/AEPET, o modelo ideal deve buscar preservar: 1° - a integridade corporativa da companhia para garantir geração de caixa e bancar o desenvolvimento da indústria naval; 2° - o desenvolvimento do mercado interno praticamente cativo, grande e com potencial de crescimento, 3° - o direito à operação única no pré-sal.

5.2 Ascensão e declínio da indústria naval no Brasil

Esse último item, garantir a operação única do pré-sal pela Petrobrás, é hoje visto como uma quimera dado que seus campos continuam sendo vendidos, após o estabelecimento do regime de concessão para exploração de suas riquezas. Contrariando todos os prognósticos que anteviam o desenvolvimento no país de uma indústria naval competitiva, o que significaria a geração de milhares de empregos, como de fato significou, com a encomenda para construção de centenas de navios petroleiros para a Petrobrás. O Brasil chegou a ter em carteira de uma só vez, a construção de 82 navios após o presidente Lula reativar a indústria naval e o desenvolvimento industrial para o país que isso chegou a representar.

No Nordeste o estaleiro naval de Suape chegou a dar emprego a milhares de trabalhadores da cana-de-açúcar (atividade em declínio) antes de ser desmontado para a surpresa e indignação de todos.

Segundo reportagem recente veiculada em site especializado em indústria naval dá conta de que “embarcações de R\$ 17,6 bilhões enferrujam em estaleiros” no país.

(...) um cenário melancólico em alguns dos principais estaleiros do país. Eles se tornaram cemitérios de plataformas, sondas e navios. (ORDOÑEZ, R.; ROSA, B., 2018) in: <https://www.naval.com.br> > Home > Indústria Naval 02/09/2018.

Hoje, com o irresponsável e incompreensível desmonte da indústria naval brasileira, essas encomendas são dirigidas para estaleiros na Coreia do Sul e em Singapura, fora do país. Uma das consequências direta da mudança de exploração do petróleo do pré-sal do regime de partilha para o de concessão.

6. Para o regime de concessão se dar era preciso tirar da frente o PT (representado pelos governos de Lula e Dilma)

A necessidade de tirar da frente o PT como condição para a mudança de regime de exploração do pré-sal explica os sucessivos ataques ao partido dos trabalhadores por todas as fontes possíveis de notícias e instituições da república.

Nunca se presenciou na história do Brasil um concluiu de forças tão intenso e articulado com o sentido comum em alijar da cena política do país um partido político.

Isso sugere ter começado como teste em 2012, no escândalo do chamado Mensalão (Ação 470 do STF) onde nunca se comprovou ou se encontrou um único deputado sequer que tenha recebido mensalmente nenhum valor.

O que sugere ter de fato acontecido foi uma caracterização de ‘Caixa 02’ que foi à época, tido por ‘escândalo imperdoável’ (muito embora todos os partidos o tenha igualmente praticado sempre, mas nunca investigados). ‘Caixa dois’ é uma prática que acontece quando um doador entrega um valor a uma agremiação política (na época era lícito empresas doarem livremente valores a partido político desde que contabilizados) e pede para não ser identificado. Provavelmente por que vai doar uma quantidade idêntica a um partido adversário. E não quer se expor.

Pode o dinheiro ter origem lícita ou não. Por isso é considerado crime, como de fato o é. E merece por isso ser apurado. Mas isso nunca foi incomum e continua não sendo na política brasileira. É grande hipocrisia tentar negar essa evidência.

Tão comum que hoje se vê para o arrepio da lei, o mesmo crime (Caixa 2) do Deputado Onyx Lorenzoni (Democratas/RS) cotado para Ministro de Estado no novo governo que se inicia, e réu confesso de crime de Caixa 2, sendo ‘perdoado’ pelo titular da operação Lava Jato, Juiz Sérgio Moro tendo declarado em novembro 2018: “ele já admitiu e pediu desculpas”. Como se isso fosse admissível aos olhos da lei.

Demonstrou adotar de flexibilidade em seus critérios sobre a gravidade do uso de Caixa 2, dependendo de quem é o protagonista da ação.

Segundo a reportagem publicada na mídia digital (RevistaForum, 02 nov. 2018) “Vale recordar que Moro, durante palestra realizada na Universidade de Harvard em 2017 afirmou, de forma contundente: Caixa 2 nas eleições é trapaça, é um crime contra a democracia (...) pior que desvio de recursos para o enriquecimento ilícito”.

“Parece que o juiz Sérgio Moro”, segue analisando a matéria, “não é tão incisivo quando se trata de aliados políticos”.

6.1 No Pós-impitiman começam os crimes de lesa-pátria contra o Brasil

Em alusão à mudança do modus de exploração do petróleo do pré-sal do regime de partilha para o regime de concessão, tem-se, com base nas manchetes da época, a seguinte cronologia de fatos a partir das manchetes dos principais jornais:

a) Serra propõe revisão no modelo do pré-sal e enxugamento das atividades da Petrobrás - 20 mar. 2015, Site do PSDB / BA. (Em tela o ‘comprometimento’ do Senador José Serra em entregar às multinacionais, o petróleo do Brasil).

b) Projeto de Lei do deputado Mendonça Filho (DEM /PE) que prevê mudança do sistema de partilha para o de concessão (PL 6726/13), poderá entrar em pauta - Câmara Notícias em 14 set. 2015. (Ele nunca havia antes atuado nessa área como parlamentar e provavelmente com ela não tem nenhuma familiaridade. Isso demonstra que havia uma ‘inteligência’ por trás dos parlamentares formatando e entregando projetos prontos para serem convertidos em lei. Note-se a esse propósito, um detalhe: o projeto de Serra havia sido rejeitado em mar. de 2015. Em set. do mesmo ano (2015) um PL idêntico entra de volta em pauta).

c) O pré-sal e a regulação: interesses nacionais ou estrangeiros?

O Jurista Prisco, A. (2017) publica em Carta Capital em 25/10/2017, um importante artigo mostrando as vantagens para o país da manutenção do regime de partilha. Mas a decisão de mudança para o de concessão, já estava tomada).

d) Governo apoia fim do regime de partilha no pré-sal - reportagem de DOCA, G. de O Globo em 26/10/2017.

(Deputado Moreira Franco diz que seria um ‘avanço’; mudança foi defendida por Rodrigo Maia, Presidente da Câmara. ‘Empresários’ consideram a proposta positiva para o setor) - o conluio é poderoso, um fala, o outro endossa.

e) Maia quer votar o fim do regime de partilha no pré-sal - 26/10/2017.

(Folha de SP, em 26.10.2017, reportagem de Pamplona, N. : o deputado Rodrigo Maia Presidente da Câmara dos Deputados, quer votar o fim do regime de partilha no pré-sal).

f) Maia vai pautar o fim da partilha da produção - E&P Brasil

(Marcel, F. da E&P Brasil na edição de 26/10/2017 anunciou que o presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia (DEM/RJ), vai pautar na Câmara a discussão sobre o fim do modelo de partilha da produção de petróleo no país).

Pautou...!

Vê-se aqui as articulações parlamentares imediatamente pós-impitiman para a entrega de pré-sal às empresas multinacionais da cadeia produtiva de óleo e gás, em detrimento do desenvolvimento da nação.

6.2 A luta pela mudança do regime de exploração do pré-sal de ‘partilha’ para o de ‘concessão’ começa muito antes, em 2009.

Para o regime de concessão se dar era preciso tirar da frente o governo de bem-estar-social implantado pelo PT na gestão dos governos Lula e Dilma, essa, a hipótese defendida nesse ensaio para ser comprovada.

Com efeito, em uma série de importantes artigos publicados por Carta Capital (25/10/2017) sobre a pertinência das regulamentações para exploração do pré-sal no Brasil lê-se que:

Sob a égide do regime da partilha e da cessão onerosa (outro regime não analisado aqui nesse ensaio - grifos nossos), a perspectiva era de que uma parcela maior da riqueza do pré-sal tivesse como destinação o financiamento de gastos sociais e o apoio ao desenvolvimento das atividades produtivas nacionais, com a Petrobras assumindo a função de grande articuladora desse processo. Como anota o segundo artigo desta série, não restou dúvidas de que, após a aprovação desse novos regimes exploratórios, houve uma grande ofensiva dos grandes produtores globais de petróleo para inviabilizar a efetivação dessas leis. Desde reuniões e acordos

com políticos de partidos de oposição, passando pela redefinição dos planos energéticos de vários players internacionais, observou-se uma incessante atuação de empresas e países interessadas no pré-sal para a alteração dos marcos regulatórios visando facilitar sua entrada na exploração e produção dessas áreas. (CARTA CAPITAL, 25/10/2017).

Vejamos para reforçar essa tese a seguinte cronologia de fatos apresentada em uma publicação do Jornal GGN do jornalista Luiz Nassif.

6.2.1 Cronologia de fatos correlacionados

Segundo Coutinho, F. (2018)b em publicação de GGN têm-se a seguinte cronologia de fatos correlacionados ocorridos no espaço de dez anos no país (2006 - 2016) com ligações diretas com a articulação de ações de longo prazo para afastamento do partido dos trabalhadores à frente da política de desenvolvimento do país.

Já no segundo mandato do presidente Lula ensaiou-se uma tentativa de impitiman de seu governo abortada pela rápida articulação do Presidente Lula junto ao Sindicato dos Metalúrgicos no ABC Paulista que logo hipotecaram seu apoio prometendo sair às ruas. Não havia à época estrutura montada em articulação com instituições federais, como se mostrou existir na contemporaneidade, que permitisse ação de tal envergadura. O presidente saiu do governo com uma aprovação de 87%. E elegeu por dois mandatos consecutivos sua ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Analisemos a cronologia:

- a) Anúncio da descoberta do pré-sal - em 2006 (final do primeiro e início do segundo mandato do Presidente Lula);
- b) Primeira extração do pré-sal, em Tupi (atual Lula) - novembro de 2007;
- c) Roubo dos notebooks e HD's da Petrobras - janeiro de 2008;
- d) Reativação da Quarta Frota dos EUA - abril de 2008;
- e) Lei da Partilha do pré-sal - 08/2009 (aqui começam as articulações internacionais para sua revogação e a decisão de retirar da frente o PT, criminalizando-o);
- f) EUA treinam agentes judiciais brasileiros - outubro de 2009 (Juiz Sérgio Moro e o Procurador Rodrigo Janot fazem curso nos USA no Departamento de Justiça sob os auspícios do FBI sobre como utilizar a 'Justiça' para 'combate à corrupção' no país);

- g) Reunião da Executiva da Chevron (antiga TEXACO) no consulado dos EUA sobre a reversão da Lei da Partilha - dezembro de 2009;
- h) Protestos de junho de 2013 ('passe livre', 'não vai ter copa', 'vem prá rua' 'quero me defender'... ligações com o Instituto Millenium?);
- i) Brasil e Petrobrás são alvos da espionagem dos EUA -2013 (notícias jornalísticas);
- j) Operação Lava Jato e “Cooperação Internacional” (de toda evidência sem passar pelo Ministério da Justiça) - março de 2014;
- k) Golpe do impeachment da presidenta Dilma Rousseff - maio de 2016;
- l) Temer assume agenda das multinacionais do petróleo - a partir de maio de 2016 (ação quase imediata, ainda um governo provisório);
- m) Nova política de preços da Petrobras: exportação de petróleo cru, importação de derivados com desmonte das operações de refino no país /out. 2016 (que culminou com a greve dos caminhoneiros em 2018 pelos aumentos sistemáticos nos preços do óleo diesel).

Só não entende o significado dessa cronologia de fatos correlacionados quem não quer entender de jeito nenhum!

6.2.2 Operação Lava Jato (instrumento utilizado para dominação do pré-sal com desmonte da engenharia pesada nacional)

Em recente vídeo veiculado em maio de 2018 a filósofa Marilena Chauí faz a denúncia sobre como o Juiz Sérgio Moro titular da operação jurídico-policial conhecida como Lava Jato, utilizando-se do instituto da guerra jurídica ou Lawfare está destituindo o pré-sal enquanto riqueza nacional, entregando-o às multinacionais da cadeia produtiva de óleo e gás, destruindo a Petrobrás, a engenharia pesada nacional notadamente a civil, mas também a naval, a nuclear e a aeronáutica e de resto por corolário, destruindo a economia do país.

A engenharia civil, com a criminalização promovida contra as principais empreiteiras do país, notadamente a Odebrecht. Em tempos normais uma vez uma empresa pega em atividades ilícitas, os executivos envolvidos eram quem respondiam pela ilicitude e as atividades da empresa continuavam visto que uma empresa (pessoa jurídica) não deve responder criminalmente por erros de seus componentes. A empresa tem uma função social a cumprir antes de sua função de gerar lucro para seus diretores e/ou acionistas. A

de gerar emprego. E como tal deve ser preservada.

No caso do Brasil as empresas da construção civil envolvidas foram obrigadas a paralisar suas atividades comerciais, envoltas que foram em escândalos financeiros com depreciação de sua imagem, ligado-as a financiamentos de políticos em campanha eleitoral. Essa visão provocou o desmonte da engenharia pesada nacional, o que foi devastador para a economia. O Rio de Janeiro que vivia dos impostos pagos pelas empresas da cadeia produtiva de óleo e gás principalmente, com a paralisação das atividades dessas empresas, praticamente a economia desse estado entrou em fase pré-falimentar encontrando-se nessa condição até os dias atuais. E por consequência (mas também por deliberação determinada pelo atual governo Michel Temer) houve um desaquecimento da nascente indústria de construção naval brasileira, fato já comentado nesse ensaio.

A engenharia nuclear nacional foi também golpeada pela operação Lava Jato com a prisão injustificável do Almirante Othon, engenheiro naval, mecânico e engenheiro nuclear (conhecido como o pai do Programa Nuclear Brasileiro), criador de um processo inovador de enriquecimento de urânio. Cobiçado pelos Estados Unidos e que agora já deve estar tendo acesso a essas informações sigilosas e privilegiadas, um verdadeiro segredo de estado, entendido como patrimônio da engenharia nacional. Esse processo estava sendo usado para a construção do primeiro submarino nuclear brasileiro para patrulhar a plataforma continental precisamente onde se encontra o pré-sal, levado a cabo justamente pela empresa de engenharia Odebrecht, duplamente golpeada nesse caso pela ação perniciosa para a economia da nação, da operação Lava Jato do Juiz Sérgio Moro.

Recentemente, a Embraer orgulho nacional na construção aeronáutica foi também vendida para a Boeing, ela que era seu principal concorrente no campo das aeronaves de pequeno e médio portes.

Com esse desmonte dir-se-ia, promovido de maneira intencional, sem nenhum resguardo sobre o que isso possa significar para a economia brasileira em termos de supressão de empregos na economia, foi levado a cabo pelo Juiz Sérgio Moro à frente da operação que comanda.

O efeito mais grave de todos eles, engendrado pela operação Lava Jato, foi a fragilização da soberania do país, provocada com a perda consequente do controle do pré-sal.

Sobre esse contexto vamos lançar mão das palavras da filósofa Marilena Chauí (2018) no vídeo citado, como se segue (transcrição literal do vídeo).

A operação Lava Jato não tem nada a ver com a moralização da Petrobrás. A operação Lava Jato é para tirar de nós, o pré-sal.

Por que isso ficou claro para mim? Por que Sérgio Moro foi treinado nos EEUU pelo FBI para realizar essa operação. E nós sabemos que as chamadas seis irmãs do petróleo, lutaram pelo pré-sal desde a descoberta dele.

E os governos petistas, em particular a presidente Dilma, fizeram “pé firme” em relação ao pré-sal como soberania nacional.

Ele recebeu um treinamento que é característico do que o FBI fez no “Macarthismo” (Senador norte-americano Joseph McCarthy que incentivou a deleção de artistas supostamente ‘comunistas’ em Hollywood por colegas de trabalho - grifos nossos) e fez depois de 11 de setembro, que é a intimidação e a delação.

Por que esse tipo de comportamento? Porque as chamadas seis irmãs, não são brincadeira de criança. Nós sabemos que eles desestabilizaram o oriente médio por causa do petróleo, desestabilizaram os Bálcãs por causa do petróleo e dos minérios, desestabilizaram a Venezuela e evidentemente o grande alvo era desestabilizar o Brasil por causa do pré-sal.

Então, a operação Lava Jato é, vamos dizer, o prelúdio da grande sinfonia de destruição da soberania brasileira para século XXI e XXII. Nós não podemos permitir que isso aconteça. E, no entanto, o que é admirável, extraordinário, é que com um mês de governo provisório, Temer e o Serra vão passar o pré-sal privatizado para as empresas norte-americanas.

Eles estão destruindo a economia brasileira, eles estão destruindo a soberania brasileira e eles estão comprometendo as gerações futuras de brasileiros.

Não é uma operação comercial. É uma operação de GEOPOLÍTICA. É uma operação de destruição da construção de uma república e de uma democracia e a tentativa de destruir o lugar que o Brasil construiu como líder dos BRICS. Portanto, como líder das economias emergentes...(Chauí, M., 2018).

E segue o vídeo com mais umas duas ou três frases. Mas o essencial foi dito.

Considerações Finais

Tudo o que aconteceu no Brasil (golpe parlamentar culminando com o impitiman da presidenta Dilma, a mudança de regime de exploração do pré-sal de partilha para o de concessão...) conforme ficou constatado, tudo está ligado à ambição de domínio das reservas de Petróleo do pré-sal como garantia para implantação de um governo de inspiração neoliberal e sua doutrina de Estado Mínimo.

Com o controle do pré-sal e o conseqüente regime de concessão SE DANDO vem todo o resto. O resto, a pauta neoliberal, significando: a) o desmantelamento dos bancos públicos, b) a privatização das universidades públicas, c) a privatização da saúde pública

(PEC 55), d) a precarização do SUS, e) o fim das UPAS, f) a venda da Eletrobrás, g) reformas trabalhista e previdenciária, h) desmonte das políticas públicas - 'minha casa minha vida', 'bolsa família', 'PRONAF', fechamento do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário... tudo, vem por gravidade, depois.

A pergunta a se fazer é, por que acontece tudo isso? Por que dismantelar o que estava dando certo para o país?

Buscando resposta a essa questão de fundo, considerando a importância do petróleo para a economia mundial (geopolítica do petróleo) podemos dizer que o Brasil sofreu literalmente um golpe nos moldes e propósitos de uma "PRIMAVERA ÁRABE", alavancada pela operação Lava Jato.

As principais razões e motivação para seu engendramento, a subordinação do Brasil os interesses estrangeiros face ao protagonismo que estava desempenhando no mundo.

Os quatro macro-fatores, segundo se entende, mais importantes que explicam esse cerceamento, são:

1) Domínio das reservas energéticas do pré-sal (representa a nível hipotético, 65% de tudo o que ocorreu no País). Reservas da ordem de 27,6 trilhões de dólares (fator já visto);

2) Vem junto, a implantação da agenda neoliberal: uma tendência a hora atual com a substituição do governo de 'bem-estar-social' (Keynesiano) implantado pelos governos do PT por um de inspiração neoliberal professando a doutrina de Estado Mínimo' (+20% → somando 85% do total. Fator também já analisado).

Como novos fatores e não abordados nesse ensaio, demandando portanto futuros estudos, citam-se:

3) Ameaça dos BRICS: Inclinação à comercialização do petróleo com moeda estrangeira (saindo da influência dos petrodólares), fato que os EUA tanto buscou evitar mas que já está ocorrendo a partir da China e da Rússia (digamos +10% → somando 95% do fenômeno a explicar)

4) A posição do Brasil como potência emergente e a liderança exercida na América Latina com estruturação independente do bloco MERCOSUL (+5% atingindo os 100% da motivação para a desestabilização).

Com isso fecha-se assim o percentual restante da variância total explicada da motivação para a desestabilização da economia nacional no governo Dilma Roussef em 2016 provocada pelas forças internas e externas do neoliberalismo mundial.

Por seu turno, a pro-atividade do STF corroborando para os acontecimentos se consolidarem conforme tudo se passou, pode ser medida em um jantar oferecido em 30/01/2018 pelo site ‘Poder 360°’ à Ministra Carmen Lúcia presidente da Instituição à época:

A Ministra Carmen Lúcia autoridade máxima da Justiça brasileira disse nesse jantar organizado em sua homenagem, que o órgão (STF) “se apegaria se debatesse agora a regra da prisão após segunda instância. Porque isso beneficiaria Lula”. Curvando-se ao que os executivos foram ali para ouvir.

E aí prende-se um ex-presidente ilegalmente! Os Guardiões da Constituição abandonando a própria Constituição.

Segue a lista de convidados para livre reflexão...

Estiveram presentes os seguintes executivos:

- André Araújo (presidente da Shell no Brasil),
- Flávio Ofugi Rodrigues (chefe de Relações Governamentais da Shell),
- Tiago de Moraes Vicente (Relações Governamentais da Shell),
- André Clark (presidente da Siemens no Brasil),
- Camilla Tápias (vice-presidente de Assuntos Corporativos da Vivo),
- Wagner Lotito (vice-presidente da Siemens América Latina),
- Victor Bicca (diretor de Relações Governamentais da Coca-Cola Brasil),
- Camila Amaral (diretora jurídica da Coca-Cola Femsa),
- Júlia Ivantes e Delcio Sandi (Relações Institucionais da Souza Cruz) e
- Marcello D’Angelo (representante da Q&A Associados).

Segundo a mesma fonte, no início de 2017 Cármen Lúcia havia se reunido com empresários para “discutir” direitos trabalhistas. A Presidente do Supremo em meio às discussões no Congresso, julgou apropriado se reunir apenas com empresários representantes de grandes corporações para “discutir” questões ligadas ao trabalho.

Nenhum sindicato fora convidado pela Ministra para discutir um problema (Reforma Trabalhista) que lhe diz respeito, diretamente.

Como visto o golpe é amplo, elitista e excludente!

A arrestação do presidente Lula e o impedimento de sua candidatura à Presidente

da República pelo TSE em 2018 completa o ciclo do impeachment.

Resta aguardar para se ter uma ideia mais nítida dos limites da irresponsabilidade que fizeram com o futuro destino da nação.

Dentro de uma visão democrática o tempo é de resistência para reaglutinação de forças. A tirania é autofágica, não tendo competência para se estabelecer.

O tempo escreverá essa história.

Recebido em: 02 de maio de 2019.

Aprovado em: 13 de maio de 2019

Referências

ACHINSTEIN. Método de abordagem e de procedimento: texto complementar, PDF, 2005. Disponível in: <www2.videolivrraria.com.br/pdfs/14017.pdf> , Acesso: 28/12/18.

CALDAS, P. Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa Histórica: Reflexões sobre uma Experiência Didática, Revista de Teoria da História, Universidade Federal de Goiás, Ano 1, N° 3, jun./ 2010, pp. 8-18.

CARTA CAPITAL, 2017 (Análises sobre a importância das regulamentações no Brasil para exploração do pré-sal). Disponível in: (<https://www.cartacapital.com.br/economia/o-pre-sal-e-a-regulacao-interesses-nacionais-ou-estrangeiros>)

CARTA CAPITAL, 2018 (Carmen Lucia presidente do STF é convidada principal de jantar com grandes corporações). Disponível in: (<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/01/30/Carmen-lucia-presidente-do-stf-e-convidada-principal-de-jantar-com-grandes-corporacoes/>)

CHAUÍ, M. (Vídeo sobre a verdadeira face da Operação Lava Jato e suas consequências para a economia e soberania nacional). Site Nocaute, 2018. Disponível in: <https://www.youtube.com/watch?v=0qQfOUstUO4>; Acesso em 18/05/2018.

COUTINHO, F., 2018(a) A energia é o meio e a Petrobrás é a chave para o desenvolvimento do Brasil, Rio de Janeiro: Associação dos Engenheiros da Petrobrás /AEPET, 2017 Disponível in: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/306576/A-energia-%C3%A9-o-meio-e-a-Petrobras-%C3%A9-a-chave-para-o-desenvolvimento-do-Brasil.htm> , Acesso: 10.05.2018

COUTINHO, F., 2018(b) Eventos históricos da disputa pelo pré-sal e a renda petroleira, Jornal GGN, 2018. Disponível in: <https://jornalggm.com.br/noticia/eventos-historicos-da-disputa-pelo-pre-sal-e-a-renda-petroleira-por-felipe-coutinho>). Acesso: 25/05/18.

DE LUCE, D. The spectre of Operation Ajax, The Guardian, 20. Ago. 2003 BST. Disponível In: [tps://www.theguardian.com/politics/2003/aug/20/foreignpolicy.iran](https://www.theguardian.com/politics/2003/aug/20/foreignpolicy.iran) ; acesso em 18/04/2018 (Dan de Luce - Guardian's correspondent in Tehran).

DOCA, G. Governo apoia fim do regime de partilha no pré-sal. O Globo Economia, 26.10.2017. Disponível in: <https://oglobo.globo.com/economia/governo-apoia-fim-do-regime-de-partilha-no-pre-sal-21996556>

HITT, M. et alli. Administração Estratégica. 10° ed. (tradução), São Paulo: Cengage Learning, 2014.

JONES, C. ; CHAVES, H. Pré-sal do Brasil contém 176 bilhões de barris de petróleo e gás.

Estudo do Instituto Nacional de Óleo e Gás /UERJ, 2015. Disponível in: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/pre-sal-do-brasil-contem-176-bilhoes-de-barris-de-petroleo-e-gas-diz-estudo.html>; Acesso em 24/12/2015.

KARL, Popper. A lógica da pesquisa científica, (1ªed. 1934), 2ªed. SP: Editora Cultrix, 2013.

LIVRE PENSAMENTO. O método hipotético-dedutivo. Disponível in: <https://livrepensamento.com/2013/10/01/o-metodo-hipotetico-dedutivo/> Acesso: 28/12/2018.

LOPES, M. S. “Operação Ajax”: Como a América mudou o mapa do Médio Oriente em 1953. Publicado em 2003. Disponível in: <https://www.publico.pt/2003/02/06/jornal/operacao-ajax--como-a-america-mudou-o-mapa-do-medio-oriente-em-1953-197911>; Acesso: 09/08/2018.

MARCEL, F. Maia vai pautar o fim da partilha da produção, E&P Brasil, em 26. 10. 2017. Disponível in: <https://epbr.com.br/maia-vai-pautar-o-fim-da-partilha-da-producao/> ; Acesso: 29.12.2018

MARQUES, E. R. Técnicas de ensino aplicadas em disciplinas do curso de ciências contábeis com ênfase gerencial: uma análise do desempenho ante aos objetivos da aprendizagem. Dissertação defendida /PPGC, Programa de Pós-Graduação em Controladoria /UFRPE, 2017.

MORAES FILHO, R. Geopolítica do Petróleo. Apontamentos de aula ministrada no Curso de Especialização: O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil, Deciso /UFRPE, mai. /2018, 2018.

NETO, Lira. Getúlio (1945-1954): Da volta pela consagração popular ao suicídio, São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ORDOÑEZ, R.; ROSA, B. Embarcações de R\$ 17,6 bilhões enferrujam em estaleiros, Home Indústria Naval, 2018. Disponível in:

<https://www.naval.com.br/blog/2018/09/02/embarcacoes-de-r-176-bilhoes-enferrujam-em-estaleiros/> Acesso: 10/10/2018.

PAMPLONA, N. Maia quer votar fim de regime de partilha no pré-sal, Folha Digital, out. 2017. Disponível in: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1930435-maia-quer-votar-fim-de-regime-de-partilha-no-pre-sal.shtml>. Acesso: 29.12.2018

PL 6726/13 (Deputado Mendonça Filho /DEM-PE), Câmara Notícias, 2013. Disponível in: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/496020-PROJETO-PROPOE-QUE-EXPLORACAO-NA-AREA-DO-PRE-SAL-SEJA-FEITA-SOB-REGIME-DE->

CONCESSAO.html ; Acesso 12/10/2018

PRISCO, A. O pré-sal e a regulação: interesses nacionais ou estrangeiros? Carta Capital (Economia), 25. 10. 2017. Disponível in: <https://www.cartacapital.com.br/economia/o-pre-sal-e-a-regulacao-interesses-nacionais-ou-estrangeiros>

REVISTA FÓRUM: Sobre Caixa 2 de Onyx, Moro disse: “Ele já admitiu e pediu desculpas, Revista Fórum, nov. 2018: Disponível in: <https://www.revistaforum.com.br/sobre-caixa-2-de-onyx-moro-disse-ele-ja-admitiu-e-pediu-desculpas/>, Acesso: 09.11.2018).

SADOWSKI, Y. O destino do petróleo Iraquiano, Le Monde Diplomatique, 01 de Abril de 2003 (Acervo On-Line). Disponível in: <https://diplomatique.org.br/o-destino-do-petroleo-iraquiano/>; Acesso em 24/12/2018.

SAUER, I.; RODRIGUES, L. A. Pré-sal e Petrobras além dos discursos e mitos: disputas, riscos e desafios. Estudos Avançados, vol.30, no.88, Sept./Dec. 2016, USP /São Paulo, 2016.

SERRA, José (Propõe revisão no modelo do pré-sal e enxugamento das atividades da Petrobrás - da Assessoria do Senador), Site PSDB/BA, 2017. Disponível in: <http://www.psdb.org.br/ba/serra-propoe-revisao-no-modelo-do-pre-sal-e-o-enxugamento-das-atividades-da-petrobras/> ; Acesso: 29/12/2018

TAVARES, M. O. Getúlio Vargas na Ótica do Jornal O Globo (1953-1954); XVIII Encontro de História e Parcerias da Anpuh, Anais..., realizado de 23 a 29 de Julho de 2018, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2018. Disponível in: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529329986_ARQUIVO_GetulioVargasnaOticadoJornalOGlobo1953-1954.pdf. Acesso 24.12.2018).

WIKIPÉDIA - Enciclopédia Livre /Estaleiro, 2018. Disponível in: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Estaleiro>; Acesso em 23/12/2018.